

Mais um
Económico-
ano sem...
brasil
por Celso Pinto
de Washington
(Continuação da 1ª página)

"bridging loans" ou oferecendo créditos comerciais.

O maior peso, de toda forma, recai, segundo Feldstein, sobre os bancos, que devem manter fluxos adequados de recursos, e sobre os próprios países afetados. Ele admite que há limites políticos ao ajuste, mas sublinhou ser um caminho indispensável para os países em dificuldade.

O próprio Feldstein reconheceu, no entanto, a principal dificuldade para que este modelo funcione: fixar a fronteira ideal que separe o mínimo de recursos necessários para preservar o crescimento sem uma pressão adicional sobre o déficit em contas correntes.

Mais um ano sem reservas cambiais

28 SET 1983

por Celso Pinto
de Washington

A recusa dos bancos privados em colocar mais de US\$ 6,5 bilhões em novos recursos no Brasil deverá afetar as expectativas brasileiras num ponto especialmente sensível: o aumento imaginado nas reservas no próximo ano, que se estimava, originalmente, em US\$ 2,6 bilhões, certamente não chegará a isto. As metas originais do programa previam US\$ 9,2 bilhões em novos empréstimos dos bancos para este e o próximo ano.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, afirmou ter considerado "satisfatória" a participação oferecida pelos bancos privados e disse representar "um esforço grande" dessas instituições. Seu cálculo, no entanto, é de um aumento de apenas US\$ 1 bilhão nas reservas brasileiras disponíveis no próximo ano. Perguntado por este jornal se a menor participação dos bancos afetaria a previsão de expansão das reservas, ele respondeu: "Deixo a conclusão para você".

Galvães explicou que o

Brasil procurará completar o "pacote" externo com créditos comerciais de governos. Já conta com US\$ 1,5 bilhão do Eximbank norte-americano e tentará levantar recursos com instituições similares do Japão, Canadá, França e Alemanha. O ministro das Finanças canadense disse ao correspondente Milton Coelho da Graça que o Canadá deverá entrar com US\$ 120 milhões a US\$ 150 milhões em créditos à exportação. É certo que o Brasil, com a ajuda do FMI, está procurando amarrar o máximo possível ainda nesta reunião anual do Fundo e do Banco Mundial, em Washington, ao longo desta semana.

O ministro não descartou a possibilidade de um "bridging loan" até que os recursos dos bancos estejam disponíveis, o que se calcula para o final de novembro, na melhor das hipóteses. Disse preferir não antecipar isto até a próxima reunião do comitê assessor dos bancos. Por enquanto, o governo ainda não tem ideia de como os US\$ 6,5 bilhões serão divididos e quando estarão disponíveis. Aliás, esta, até agora, é apenas uma meta fixada pelo comitê, que terá de ter o respaldo de cerca de 800 bancos internacionais.

Outro "front" em que o governo tentará obter mais recursos é junto ao Banco Mundial. O ministro confirmou, como antecipara este jornal, que o "board" do BIRD deverá aprovar, no início de outubro, dois novos programas ao Brasil, no total de US\$ 650 milhões, e que isto poderá elevar o desembolso antecipado de recursos, ainda neste ano, para US\$ 1,2 bilhão. Ao todo, o Brasil já conta com US\$ 2 bilhões em desembolsos de recursos do Banco Mundial neste e no próximo ano e, segundo Galvães, tentará montar novos projetos para ampliar ainda mais este total.

Ontem, num almoço promovido pelo Brasilinvest e do qual participou o ministro, o chefe do Conselho Econômico do presidente Reagan, Martin Feldstein, fez uma descrição detalhada de como seu governo entende o processo de negociação e a responsabilidade de cada um. Seu primeiro pressuposto, é claro, é a manutenção dos programas de ajustamento pelos países, rejeitando "a noção ilegal e imoral de um repúdio unilateral do débito".

Em contrapartida, disse ser responsabilidade dos governos manter acesso livre de seus mercados às exportações destes países. Apenas a recuperação econômica não é suficiente, advertiu, se não vier acompanhada da liberalização comercial aos países subdesenvolvidos. Além disso, considera responsabilidade dos governos centrais ajudar, embora apenas complementarmente, a fornecer os recursos necessários para aliviar situações extremas, seja através de

(Continua na página 13)

Galvães foi cauteloso em relação à votação da nova lei salarial. Recusou-se a indicar alternativas ao Decreto-lei nº 2.045, alegando que o governo espera a sua aprovação e que fará o possível para viabilizá-la.

Embora não tenha sido a melhor solução para o Brasil, a definição da participação dos bancos no programa brasileiro ajudou a aliviar um pouco a tensão e, principalmente, a reafirmar um modelo de negociação da crise, celebrado nesta reunião do FMI, talvez precipitadamente, como uma saída para o colapso financeiro que se desenhava há um ano.